

LEI BENEFICIOU MÁFIA

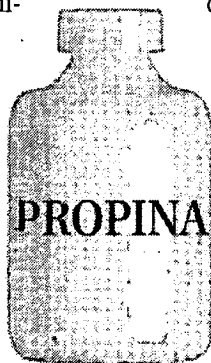
Dossiê da SAE e da Polícia Federal mostra que o esquema propinol da saúde usou até decreto para extorquir laboratórios

Vanda Célia

Da equipe do Correio

A investigação na área da saúde mostra que o decreto presidencial 793/93 estabelecendo que os remédios teriam denominação genérica — ou seja, seriam conhecidos nas embalagens e nos receituários pelo seu princípio ativo ou fármaco — acabou sendo usado pela máfia com poder no governo para pressionar os grandes laboratórios a pagarem propinas ao esquema de corrupção.

No dia 30 de março de 1994, o então secretário de Vigilância Sanitária, Ronan Tanus, considerou o decreto “o grande filão para arrancar dinheiro dos grandes laboratórios”, durante conversa no Ministério da Saúde da qual participaram o então deputado José Felinto (PP-PR) e os lobistas Alexandre Werneck e Alcides José Peres. O grupo estimou arrecadar US\$ 50 milhões com o 793.



CAVADA A FÓRCEPS

Divulgado com estardalhaço como medida em favor da população — que conhecendo o princípio ativo poderia comparar os preços dos remédios e optar pelos mais baratos — o decreto 703 nunca saiu da gaveta. Segundo o atual secretário de Vigilância Sanitária, Elizaldo Carlini, ele “serve de referência porque remédio com nome genérico tem prioridade”.

Mas o decreto serviu mesmo, segundo a investigação da PF/SAE, como arma para pressionar os fabricantes. Em abril de 94, começou o esquema em cima do 793. Ronan Tanus agendou viagem a São Paulo onde teria mais de dez compromissos, um dos quais “uma visita à Johnson & Johnson Indústria e Comércio Ltda cavada a fórceps”. Ele se encontraria também com empresários da Hepacholar, Alanac, Hoechst e Aché.

Para cumprir a agenda iria acompanhado de Marcelo Augusto Rhormens Sauguellis, funcionário do Gabinete Civil comandado à época por Henrique Hargreaves. Antes de viajar, Ronan Tanus quis saber o impacto que seu cargo poderia produzir e determinou ao Centro de Vigilância Sanitária de São Paulo a realização de inspeções nos grandes laboratórios para interditar o estoque de medicamentos fora do previsto no 793.

Ronan chegou a São Paulo na noite de 26 de abril, hospedando-se no Maksoud Plaza Hotel, onde se reuniu com cinco pessoas. No grupo estavam Marcelo Sauguellis, Alexandre Werneck e Alcides José Peres. Ali, ele cumpriu a agenda. A investigação descobriu até o que ele disse: mostrou veladamente às lideranças do setor farmacêutico que modificações e/ou revogação do decreto 793 dependeriam de “negociações”.

MINUTA DE MP

Diz um dos trechos: “Ronan pressionou as indústrias farmacêuticas instaladas em São Paulo, ameaçando-as de interdição dos seus estoques”. O objetivo da ação dele “seria angariar fundos para a campanha de políticos do PP”. Logo que voltou de São Paulo, ele teve inclusive uma reunião em Brasília com o representante do PP, José Felinto.

O então presidente Itamar Franco soube de tudo. Conheceu inclusive uma minuta de medida provisória estabelecendo a revogação do decreto 793 — determinação equivocada porque decreto para cair só precisa de novo decreto — mas que poderia estar servindo de base para “acertos” entre o esquema e os laboratórios.

A investigação aponta dois possíveis redatores para a MP: o assessor jurídico do Ministério da Saúde, José Roberto Trigo, ou Marcelo Sauguellis. Os dois passaram dois dias em São Paulo com Ronan Tanus — de 14 a 16 de abril. Hospedaram-se no Maksoud Plaza com as despesas pagas pelos laboratórios.

Itamar mandou demitir Ronan Tanus e Marcelo Sauguellis, mas a investigação não parou. A PF e SAE descobriram que, antes de cair, Ronan fez um acordo com as indústrias de cosméticos para a edição de nova regulamentação de análise dos produtos. Ele cobrou pelo “acerto” US\$ 20 mil.

Na véspera de ser exonerado, Ronan comunicou às indústrias que o documento fora encaminhado para publicação no *Diário Oficial* da União. Não foi. Irritados, os industriais cobraram, sem êxito, a medida dos técnicos. Mas, a exemplo dos laboratórios que pagaram propina, não denunciaram a corrupção.